

FRONTEIRA, MERCADO INTERNO E CRESCIMENTO DA RIQUEZA NO BRASIL, SÉCULO XIX.

Dora Isabel Paiva da Costa¹

Resumen

Este artículo estudia el crecimiento del mercado interno y la riqueza agraria en una región de frontera durante el inicio del poblamiento del oeste de la provincia de San Pablo entre 1830 y 1881, el período anterior a la gran expansión de la producción de café. La periodización propuesta tiene el objetivo de analizar el proceso de poblamiento y ocupación de las tierras de frontera a través de los productos agrícolas volcados hacia el mercado interno que -a diferencia de lo que tradicionalmente ha planteado la historiografía- posibilitó el aumento de los niveles de riqueza agraria. Se utiliza un procedimiento metodológico que examina el comportamiento económico de las familias propietarias en relación con su participación en el sistema de herencia, en dos períodos: 1830-1851 y 1860-1881.

Palabras clave: Frontera, Mercado interno, Incremento de la riqueza, Brasil.

Abstract

The aim of this article is to examine the increase of internal market and the agrarian wealth in a frontier region during the beginning of the west settlement in São Paulo province, southeast Brazil, before the coffee expansion. The classical historiography about food crops have stressed that this economic sector was not important, but as we are going to show, it was so important that it increased the agrarian family wealth and it was a part of the internal market. The sources examined are the post-mortem inventories of those families who lived there. The agrarian units belonged to the frontier region of southeast Brazil, in São Paulo province. The years investigated begin on 1830 and goes through 1881 and are divided into two periods (1830-1851) and (1860-1881).

Key words: Frontier, Internal market, Increase of wealth, Brazil.

¹ UNESP - Campus Araraquara e Franca. Dirección postal: Rua Quirino de Andrade, 215, São Paulo, SP. Correo electrónico: dora@fclar.unesp.br; doracosta@uol.com.br

Controvérsias

Celso Furtado ao analisar o desempenho da economia brasileira durante a primeira metade do século XIX afirmou que seu crescimento só poderia acontecer se tivesse havido o aumento das exportações, e, como isto não ocorreu, houve então, um declínio do nível geral de renda naquele período, sendo o estancamento das exportações sua principal causa. Para chegar a esta conclusão, Furtado calculou o crescimento médio anual do valor das exportações brasileiras, mostrando que não excedeu a 0,8 por cento, enquanto a população crescia a 1,3 por cento². Esclareceu que todo o aumento das exportações no período deveu-se ao desempenho do café, cuja produção estava concentrada no vale do rio Paraíba, não tomando em consideração a agricultura de alimentos.

Sérgio Buarque de Holanda, tratando da capitania de São Paulo nas duas primeiras décadas do século XIX, mostrou que esta região estava voltada para a pecuária e a cultura de víveres alimentícios de pouca comercialização, penalizada pela dificuldade dos transportes em razão da presença de estradas de difícil trânsito. A imagem retirada de sua narrativa nos leva a concluir a respeito de uma economia sem grande expressividade, amarrada por problemas graves de infra-estrutura nas regiões fronteiriças e nas bocas do sertão.³

De outro ponto de vista, Maria Luíza Marcílio, através de uma pesquisa envolvendo uma grande quantidade de fontes manuscritas, demonstrou que a capitania de São Paulo, nos fins do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX, não era decadente, pois, encontrava-se em plena expansão, conduzida pelo crescimento populacional em toda a província, em especial, nas chamadas novas regiões, à oeste.⁴

Mafalda Zemella, estudando a presença de paulistas na mineração, identificou dois tipos de personagens: um que buscava o lucro rápido e só pensava no caminho de ida, e outro, que pensava no caminho de ida e de volta; estes últimos eram os que desenvolviam as atividades de mercadores, tropeiros, comboeiros e boiadeiros

² Celso Furtado, **Formação Econômica do Brasil**, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1977, 15ª. edição, p. 106-109.

³ Sérgio Buarque de Holanda, “São Paulo”, em Sérgio Buarque de Holanda (org.), **História da Civilização Brasileira. Brasil Monárquico. Dispersão e Unidade**, São Paulo, Difel, 1978, p. 415-472.

⁴ Maria Luíza Marcílio, **Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista, 1700-1836**, São Paulo, Hucitec/Edusp, 2000 (originalmente tese de livre-docência defendida na FFLCH/USP em 1974).

interessados nos mercados de abastecimento de regiões mineradoras. Este mercado teria estimulado a expansão de áreas produtoras de açúcar no Oeste paulista⁵.

John Monteiro, estudando a produção de trigo na São Paulo colonial durante os anos de 1630 a 1680, chegou à conclusão de que esta cultura foi muito importante tanto para o desenvolvimento do planalto quanto para o surto bandeirante (1628 a 1641), e que esta não estava vinculada à demanda por escravos do litoral, mas, sobretudo, ao desenvolvimento da economia do planalto⁶.

Ilana Blaj buscou indícios de uma produção mercantil da vila de São Paulo, entre os anos de 1681 a 1721, e, concluiu que havia comercialização de toda uma produção local, o que propiciava certo nível da acumulação e circulação de capital.⁷

A historiografia econômica brasileira teve longa tradição de focar suas análises a partir da noção de ciclos econômicos como o do pau-brasil, da cana-de-açúcar, do ouro e do café, noção esta que já estava presente na obra clássica de Roberto Simonsen.⁸ Ou ainda, de pensar o Brasil, identificando grandes economias regionais do período colonial, tais como a nordestina, a Amazônia, a do extremo sul e a de Minas Gerais.⁹

As pesquisas sobre o desenvolvimento do capitalismo no mundo ocidental sempre chamou muito a atenção de nossos pesquisadores preocupados com os caminhos do desenvolvimento nacional. Quando Furtado analisa o crescimento econômico para aquela época, ele o faz a partir de um recorte macroeconômico, tendo em vista uma análise sobre o conjunto da economia do Estado nacional, integrando e aproximando assim as noções de pólos dinâmicos à outrora noção de ciclos. Estes últimos eram identificados ao setor de produção de bens primários de exportação. Ele e boa parte de sua geração de intelectuais estavam preocupados em entender o setor que deveria financiar a modernização da economia brasileira, por isso, não se preocuparam em analisar os setores internos, não tão dinâmicos, quanto àquele que poderia ajudar no financiamento do processo de industrialização do Brasil.

Muito embora Caio Prado Júnior tenha dado grandes contribuições à análise da economia colonial, promovido uma ruptura no âmbito das interpretações então existentes, introduzido uma visão que superava aquela dos ciclos econômicos, quando destacou um novo elemento interpretativo, - o mecanismo que promovia a transferência de excedentes -, o qual produzia uma dependência estrutural em relação às atividades comerciais que o Brasil realizava com o exterior, não deu o devido destaque ao setor produtor de alimentos, pois, para ele, tratava-se de um setor pífio, sem grande

⁵ Mafalda Zemella, **O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII**, São Paulo, Hucitec/Edusp, 1990, 2ª edição, p. 55.

⁶ John Manuel Monteiro, **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**, São Paulo, Cia. Das Letras, 1994, p. 76-77.

⁷ Ilana Blaj, **A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)**, São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP, Fapesp, 2002, p. 108.

⁸ Cf. João Luís Ribeiro Fragoso, **Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992, p. 51-66.

⁹ Caio Prado Jr., **Formação do Brasil Contemporâneo**, São Paulo, Brasiliense, 1983, 18ª edição; idem, **História Econômica do Brasil**, São Paulo, Brasiliense, 1981, 26ª edição; João Antonio de Paula, "O mercado e o mercado interno no Brasil: conceito e história", **História Econômica & História de Empresas**, v. 1, 2002, p. 7-39.

expressividade, voltado para o auto-consumo, e sem possibilidades de atuar como protagonista em relação às mudanças políticas, sociais e econômicas profundas.

Fernando Novais deu continuidade a esta tradição de estudos quando examinou o regime do comércio colonial, enfatizando temas como transferência de excedentes e a relação centro-periferia com o objetivo de mostrar a existência de um Antigo Sistema Colonial o qual detinha alguns elementos estruturais que estavam presentes na longa duração histórica colonial, deixando de lado outros elementos, como por exemplo, aquele setor voltado para o abastecimento interno, o qual era visto como secundário, ao elaborar uma visão sistêmica sobre o comércio colonial.¹⁰ Mesmo conscientes da existência da produção interna de alimentos, muitos autores não se detiveram em tratar com mais ênfase este tema, tal como o fizeram inúmeros intelectuais preocupados em compreender o papel do setor camponês na Europa pré-industrial.

Caminhando numa linha contrária aos autores acima mencionados Antonio Barros de Castro vinha colocando dúvidas sobre a visão excessivamente voltada para fora do país e a importância de se estudar os elementos internos ao Brasil em relação à economia colonial. Na sua compreensão, fazia-se necessário olhar a escravidão e a sociedade colonial não apenas do ponto de vista da economia política, mas também como um regime social o qual buscava reproduzir-se internamente. Em outras palavras, o que ele enfatizava era a importância de se identificar e analisar os fatores internos que também ajudariam a compreender os processos sociais e econômicos, os quais continuavam, reiteradamente, ausentes nas investigações, tais como, por exemplo, o setor produtor voltado para o mercado interno e as instituições sociais internas.¹¹ Trilhando um caminho paralelo, José Jobson de Andrade Arruda (1980, 1986) também havia identificado a presença de produções coloniais estáveis, voltadas para o mercado interno no Brasil colonial.¹²

Nesta linha de investigação se aproximaram Ciro Flamarion Cardoso (1980) e Jacob Gorender¹³ ao questionarem a excessiva ênfase na transferência do excedente colonial e a impossibilidade de acumulação endógena, consequência dos modelos interpretativos de Caio Prado, Celso Furtado e Fernando Novais. Em larga medida o raciocínio desenvolvido acima foi elaborado pelo prof. João Fragoso em obra na qual aponta a existência de um mercado interno baseado na produção de alimentos e de uma classe de comerciantes residentes que protagonizava uma acumulação endógena no Brasil.¹⁴

Recentemente, Guillermo Pallacios identificou as causas da ausência de estudos sobre o tema campesinato e a consequente ausência de pesquisas sobre a agricultura de

¹⁰ Fernando Novais, "O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial", em Carlos Guilherme Motta, **Brasil em Perspectiva**, São Paulo, Difel, 1978.

¹¹ Antonio Barros de Castro, "A economia política, o capitalismo e a escravidão", em José Roberto do Amaral Lapa (org.), **Modos de Produção e Realidade Brasileira**, Petrópolis, Vozes, 1980; idem, "As mãos e os pés do senhor: dinâmica do escravismo colonial", em Paulo Sergio Pinheiro (coord.), **Trabalho escravo, economia e sociedade**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

¹² José Jobson de Andrade Arruda, **O Brasil no Comércio Colonial**, São Paulo, Ática, 1980; idem, "A Produção Econômica", em Maria Beatriz Nizza da Silva (coord.), **O Império luso-brasileiro, 1750-1822**, Lisboa, Estampa, 1986.

¹³ Jacob Gorender, **O Escravismo Colonial**, São Paulo, Ática, 1978, 2ª edição.

¹⁴ *Ibidem*.

alimentos em relação ao período colonial e da transição, apontando que teria forte relação com as influências político-partidárias e ideológicas, externas às preocupações científico-acadêmicas recebidas por alguns autores clássicos brasileiros.¹⁵ É sintomático que nos anos 60 e 70, autores como José de Souza Martins, ao analisar as condições da prática camponesa, no período de crise do Brasil agrário, apresentou várias concepções de crise, dentre elas, a de que “o mundo rural não estava inserido nas condições de desenvolvimento, permanecendo, estranho, como um entrave”.¹⁶

Proponho investigar a integração da produção agrícola e pecuária das unidades produtivas da região da fronteira sudoeste do Brasil com o mercado interno, identificando formas de constituição da riqueza agrária nos primórdios do povoamento da região central do planalto paulista, entre os anos de 1830 e 1881, antes da expansão da grande lavoura cafeeira.¹⁷ O objetivo deste recorte temporal e espacial é examinar até que ponto houve incremento do mercado interno numa região majoritariamente voltada para a agricultura de gêneros destinados aos mercados regionais.

Fontes e metodologia

Utilizar-se-ão os inventários post-mortem da região de Araraquara, a qual pertencia à província de São Paulo e possuía a maioria de suas unidades agrícolas voltada à produção de alimentos. A escolha desta região deve-se ao fato de que pesquisas clássicas, representantes de uma tendência significativa da historiografia econômica brasileira, argumentam a respeito da existência de um declínio econômico quando analisam o país da perspectiva da economia nacional, ou insistem, na pouca importância deste setor, muito embora, ainda nos anos 1970, Francisco Iglésias e José Roberto do Amaral Lapa, tenham chamado a atenção dos pesquisadores em relação à importância de se investigá-lo.¹⁸ Mais recentemente, Francisco Vidal Luna & Herbert Klein demonstraram a dinâmica e a grande vitalidade deste setor em algumas localidades da província de São Paulo, as quais usavam grandes escravarias ainda na primeira metade do século XIX.¹⁹

Fontes paroquiais registram os vestígios de que os pioneiros povoadores já habitavam os chamados “Campos de Aracoara” em 1817, ano de criação da freguesia. Os historiadores contam que, por esta época, Pedro José Neto, foragido da vila de Itu, já habitava estas terras. Seu território foi desmembrado do de Piracicaba e compreendia os

¹⁵ Guilherme Palacios, “Campeinato e Historiografia no Brasil. Comentários sobre algumas obras notáveis”, **BIB**, n. 35, 1º semestre de 1993, Rio de Janeiro, 1993, p. 41-57.

¹⁶ José de Souza Martins, **A Imigração e a Crise do Brasil Agrário**, São Paulo, Pioneira, 1973, p. 13-29.

¹⁷ Anna Maria Martínez Correa, **História Social de Araraquara, 1817-1930**, São Paulo, FFLCH/USP, 1967.

¹⁸ José Roberto do Amaral Lapa, **Economia Colonial**, São Paulo, Perspectiva, 1973, p. 12.

¹⁹ Francisco Vidal Luna e Herbert Klein, **Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, 1750-1850**, São Paulo, Edusp, 2005, p. 107-136.

atuais territórios de Araraquara, São Carlos, Descalvado e Rio Claro. A vila foi criada por alvará régio em 1832 e o município tinha na ocasião 2.764 habitantes, cobrindo 19 quarteirões rurais que se estendiam a partir dos limites dos territórios de Piracicaba e Mogy-Mirim até alcançar o de Franca, distando 271 km da capital da província, 379 km do porto de Santos, 137 km de Piracicaba e 174 km de Franca. Sua população era totalmente rural e agrícola e produzia alimentos tais como milho, arroz, feijão, pouco algodão e fumo, pouca cana-de-açúcar e criavam gado bovino, cavalos, muares e porcos. A estrada de ferro da Companhia Paulista só chegou em 1885.²⁰

Maria Luíza Marcílio, estudiosa da demografia histórica no Brasil, identificou a idade média de 21,6 para os rapazes e de 20,8 para as moças nas cerimônias matrimoniais relativas à população caiçara na região de Ubatuba, dominada por uma economia voltada para o abastecimento local, nas primeiras décadas do século XIX.²¹ Partimos desta evidência demográfica sobre a idade média ao casar de populações rústicas do Brasil colonial e aplicamos este resultado para determinar o intervalo de tempo no qual uma geração percorria o tempo necessário para reproduzir-se, socialmente; vinte anos foi a média encontrada para este segmento sócio-ocupacional, e, a partir daí, decidimos agregar as informações sobre a riqueza encontrada nas fazendas e sítios desta região, tendo como referência tal intervalo de tempo, uma vez que o nosso objetivo é perceber se houve inserção no mercado regional interno, como também crescimento econômico de uma geração a outra, isto é, de um período a outro. Denominamos de primeira geração ao conjunto de proprietários de fazendas e sítios que tiveram entre os anos de 1830 e 1851, o falecimento de um dos titulares da riqueza familiar. Trata-se do primeiro período da investigação. A segunda geração correspondeu aos proprietários que deixaram inventários entre 1860 a 1881, por conseguinte, trata-se do segundo período focado na análise dos dados.

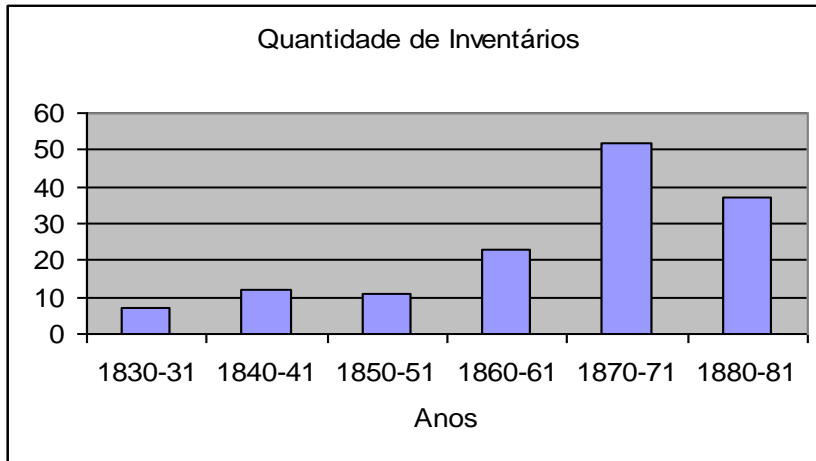
Para tanto coletamos os dados sobre os valores dos patrimônios brutos e líquidos, legítimas, meações, preços de terras, escravos e demais bens dos inventários relativos aos biênios correspondentes a 1830-31, 1840-41, 1850-51, 1860-61, 1870-71, 1880-81, conforme pode ser observado no gráfico 1 abaixo. Agrupamos as séries temporais por períodos e desenvolvemos a comparação.²²

No gráfico abaixo se pode ver com clareza o tamanho das amostras coletadas, englobando os dois períodos. Esclarecemos que o declínio da quantidade de inventários, coletados no biênio 1880-81, corresponde ao desmembramento sofrido pela comarca de Araraquara, a qual perdeu a de São Carlos, criada em 1880.

²⁰ Rodolpho Telarolli, **Para Uma História de Araraquara (1800-2000)**, Araraquara, Laboratório Editorial/UNESP, 2003, p. 95.

²¹ Maria Luíza Marcílio, **Caiçara. Terra e População**, São Paulo, Paulinas/CEDHAL, 1986, p. 150.

²² Adeline Daumard, “Diferenças de rendas, diferenças de fortunas: Algumas Reflexões de Método”, **Hierarquia e Riqueza na Sociedade Burguesa**, São Paulo, Perspectiva, 1985, p. 55-73. Esta metodologia de coleta de dados foi originalmente elaborada pela autora para o estudo da evolução da riqueza e do comportamento da burguesia parisiense para o século XIX com o objetivo de estudar tendências ao longo do tempo.



A legislação Imperial obrigava o juiz de órfãos, quando do falecimento do marido ou da esposa, à realização do inventário dos bens daquele grupo familiar com o objetivo de arrecadar imposto de transmissão de bens à fazenda Imperial. Assegurava-se assim a continuidade da produção agrícola e a passagem de uma geração a outra do controle da produção, cujo interesse do Estado voltava-se ao recolhimento de impostos.

Morfologia do crescimento da riqueza

Em que medida é possível averiguar se houve ou não crescimento da riqueza? Na tabela 1 analisamos o comportamento dos patrimônios gerado nos dois períodos focalizados, através das participações das famílias na riqueza social ‘bruta’ e ‘líquida’, entre a primeira e a segunda geração. A metodologia utilizada foi a agregação dos valores dos montes mores²³ e montes partíveis²⁴ dos inventários post-mortem por período. Com este procedimento, avaliaremos se houve ou não crescimento na riqueza detida pelas famílias. Para tanto, usaremos um procedimento que expurga o movimento inflacionário da moeda brasileira que poderia criar uma imagem fictícia e irreal do comportamento dos preços, por isso, deflacionamos os valores da moeda brasileira para a moeda inglesa.²⁵

²³ Montes mores significam patrimônios brutos.

²⁴ Montes partíveis significam patrimônios líquidos.

²⁵ O método para conversão da moeda réis para libras esterlinas está no livro Westphalen, Bach e Krohn, **Centenário 1828-1928**, citado por Kátia Mattoso, **Ser escravo no Brasil**, São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 254-255.

**TABELA 1: CRESCIMENTO DA RIQUEZA BRUTA E LÍQUIDA,
ENTRE 1830-1851 e 1860-1881 (em moeda inglesa)**

Períodos	Riqueza Bruta			Riqueza Líquida		
	Quantidade de inventários (N)	Soma dos Valores	Médias	Riqueza <i>per capita</i>	Soma dos Valores	Médias
1º. Período (N= 30)	9.712,8	323,8	4,1	9.124,0	304,1	1,6
2º. Período (N=112)	116.857,7	1.043,4	20,5	109.620,4	978,7	19,2

Fonte: 142 Inventários post-mortem de Araraquara, Arquivos dos Cartórios de Primeiro e Segundo Ofício, Comarca Araraquara. De agora em diante A.C.P.S.O.

Legenda: N = quantidade de inventários. O primeiro período corresponde aos anos 1830 a 1851 e o segundo, aos anos 1860 a 1881. O conceito riqueza *per capita* foi aferido em relação à população livre do censo de 1836, in Muller,²⁶ excluindo-se a população escrava, assim como em relação ao censo de 1872, in Bassanezzi.²⁷

Na tabela 1 vemos que a fatia média da riqueza detida nas formas bruta e líquida aumentou em torno de 3 vezes entre uma geração e outra. A riqueza bruta expressa a soma dos valores dos montes mores, enquanto a riqueza líquida representa a bruta menos as dívidas passivas, os impostos, as despesas com o funeral, missas e legados pios. É necessário fazer um comentário. É importante também aferir o comportamento e a dinâmica populacional neste lapso de tempo para que se possa concluir se houve ou não aumento *per capita* da riqueza, muito embora, saibamos o quanto é problemático este tipo de indicador, ele constitui instrumento útil e válido para se comparar variáveis em relação a períodos diferentes.

Quando analisamos o comportamento da riqueza entre dois períodos, notamos que não houve uma grande discrepância entre a riqueza bruta e a líquida de uma fase a outra. Isto significa que as famílias proprietárias, em conjunto, não estavam se endividando significativamente, como fora observado em relação a outras localidades do vale do Paraíba, ao se pesquisar inventários de cafeicultores.²⁸ Uma cadeia de financiamento entre credores e devedores em sociedades tradicionais traduzia o grau de interação econômica entre diversos agentes, uma vez que a instituição bancária ainda não era difundida, os empréstimos e adiantamentos realizados vinculavam-se à produção agrícola e eram praticados por pessoas que detinham certa liquidez e capital, que podia ser disponibilizado para seus clientes e compadres. Não encontramos nenhum registro de credores ou devedores de fora da região, constituindo um mercado de

²⁶ Müller, Daniel Pedro, **Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo**. São Paulo, Gov. do Estado de São Paulo, 1978.

²⁷ Bassanezzi, Maria Sílvia Beozzo, **São Paulo do Passado: Dados Demográficos, Censo de 1872**. Campinas, NEPO/UNICAMP, 1998, mimeo.

²⁸ Stanley J. Stein, **Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba**, São Paulo, Brasiliense, 1961, p. 243-249.

financiamento circunscrito territorialmente à mesma, sem conexões com outras regiões longínquas da América portuguesa ou hispânica.

Na tabela 2 observamos que a primeira geração apresentou 145 devedores para 76 credores, ou seja, havia o dobro do número de devedores em relação ao de credores. A segunda apresentou uma quantidade bastante semelhante entre uns e outros, isto é, 164 devedores para 147 credores, revelando uma tendência ao equilíbrio entre a quantidade de agentes tomadores e a de doadores de empréstimos.

Enquanto dois terços (67%) da primeira geração se declarou credor de outros patrimônios, menos da metade (44%) da segunda geração teve este papel. Em relação às dívidas passivas, enquanto 73% dos patrimônios da primeira geração se constituíam em devedores, apenas 46% da segunda apresentaram tais dívidas. Estes resultados são reveladores de que um conjunto dos patrimônios familiares detentores das unidades agrícolas desta região desenvolveu aumento tal da produção que permitiu um maior equilíbrio entre credores e devedores: na primeira geração a proporção era 73% de devedores passivos contra 67% de devedores ativos; na segunda geração, houve um maior equilíbrio entre credores (44%) e devedores (46%). Outro indicador importante é o valor médio das dívidas, este mostra que as ativas foram sempre maiores do que as passivas tanto no primeiro período (6,8 em relação a 3,6) quanto no segundo (80,9 em relação a 48,9). Este comportamento das finanças patrimoniais permite concluir que houve uma tendência à liquidação das dívidas existentes e ao incremento da riqueza social. Lélío Luiz de Oliveira, estudando os inventários de Franca para o século XIX, concluiu que as dívidas ativas tiveram também uma participação maior do que as passivas. Tais resultados demonstram a capacidade e o dinamismo que tais regiões produtoras de alimentos tiveram em relação ao tema do crescimento econômico.²⁹

TABELA 2: COMPORTAMENTO DOS CREDORES E DEVEDORES, 1830-51 e 1860-81. (Em moeda inglesa)

Períodos	Quantidade de credores	Soma das Dívidas Ativas	Média	Credores (%)
1830 - 1851	76	514,1	6,8	67
1860 - 1881	147	11.890,0	80,9	44
Períodos	Quantidade de devedores	Soma das Dívidas Passivas	Média	Devedores (%)
1830 - 1851	145	526,1	3,6	73
1860 - 1881	164	8.015,9	48,9	46

Fonte: Inventários Post-Mortem de Araraquara, A.C.P.S.O., Comarca Araraquara

A tabela 3 abaixo mostra as proporções agregadas das legítimas e meações entre a primeira e a segunda geração. As legítimas eram os quinhões que cada herdeiro, fosse filho varão ou filha mulher, recebia por determinação legal, quando se tornava sucessor dos bens da família. A meação correspondia ao quinhão do cônjuge sobrevivente. Estas

²⁹ Lélío Luiz Oliveira, *Economia e História em Franca – Século XIX*, Franca, UNESP/FHDSS, 1997, p. 129-134.

duas figuras jurídicas permitem avaliar em que medida os sucessores do primeiro e do segundo período alcançaram – em conjunto e do ponto de vista agregado - determinados patamares de riqueza ou declinaram na hierarquia social e econômica.

Segue um breve esclarecimento a respeito das medidas estatísticas utilizadas. A mediana de um conjunto de valores é o valor médio ou a média aritmética de dois valores centrais. É um indicador que junto com a média permite avaliar se os dados estão muito dispersos em relação a mesma. Por exemplo: se as medianas ao longo de dois períodos diferentes se mantêm próximas a um valor constante, significa que, mesmo que a média apresente um crescimento, tal valor mediano, porém, traduz que a grande maioria das ocorrências em relação àquela variável analisada (legítima ou meação), manteve-se como era no passado, ou seja, não apresentou crescimento para a maioria das ocorrências.

TABELA 3: TAMANHOS DA RIQUEZA BRUTA, LÍQUIDA, DAS LEGÍTIMAS E MEAÇÕES, 1830-1851 e 1860-1881. (Em moeda inglesa)

Períodos (N)	Médias		Medianas	
	Legítimas	Meações	Legítimas	Meações
1º. Período (N=30)	54,6	83,9	28,6	23,9
2º. Período (N=112)	196,8	246,6	48,6	98,4

Fonte: Inventários post-mortem de Araraquara, A.C.P.S.O., Comarca Araraquara.

O primeiro período equivale ao intervalo de tempo que vai de 1830 a 1851, enquanto o 2º. vai de 1860 a 1881. N = quantidade de inventários.

Tal comportamento da mediana descrito acima não aconteceu em relação às ocorrências de recebimento das legítimas e meações. Não somente as médias das legítimas e meações recebidas cresceram quase três vezes de uma geração a outra, como também as medianas tiveram incremento, porém, em ritmo menos acelerado. Isto significa que grande parte dos herdeiros logrou receber seus quinhões de herança em maiores proporções do que a geração anterior, e, este conjunto de sucessores de unidades produtivas estava mais apto a dar continuidade à produção de riqueza em patamares mais elevados, possibilitando, em alguns casos, um acúmulo de riqueza tal que transbordasse as necessidades imediatas de sobrevivência e os possibilitassem entrar no circuito do jogo instável do mercado de trocas voltado para maiores distâncias.

Após constatarmos que houve de fato um crescimento da riqueza a pergunta que surge é que tipo de produção possibilitou tal incremento? Se a produção destinada aos mercados locais e regionais não teve este papel, como a historiografia tem repetido, através da leitura de obras clássicas, como é possível explicar tal incremento da riqueza?

Duas aproximações são necessárias. Quantificar o crescimento das populações animal e humana. A contagem da produção animal permite avaliar se houve um substancial crescimento do excedente tal que possibilitou a inserção de produtores nos circuitos mercantis regionais. O escrutínio da população humana permite avaliar se houve um crescimento da presença da força de trabalho na criação e na lavoura. Não

podemos esquecer que neste período a reprodução ampliada da riqueza se daria pela expansão física territorial e pela incorporação de maior número de instrumentos de trabalho e de braços, pois, não há registros da presença de arados e outros instrumentos que pudessem aumentar a produtividade das unidades agrárias e criatórias. Por outro lado, sabe-se que a expansão vegetativa e a resultante da imigração poderia anular os ganhos excedentes, uma vez que haveria uma maior quantidade de bocas a serem alimentadas.

A tabela 4 apresenta uma amostra da produção de rebanhos de várias espécies de um período a outro. Muito embora as médias e as medianas não apresentem um aumento significativo para várias espécies de animais, cabe destacar o incremento médio da produção de gado bovino. De modo geral, a quantidade total produzida das várias espécies aumentou duas, três ou quatro vezes, dependendo do tipo de animal, como se pode observar na linha e coluna correspondente da tabela. Observemos de maneira mais detalhada: o gado bovino teve um crescimento de 440%, o equino, 270%, o muar, 420%, o suíno, 129%, o caprino, 380% e o ovino, 460%.

O que mais chama a atenção é o comportamento dos preços médios dos rebanhos. Nota-se que de um período a outro, após transformamos os preços em libras esterlinas, todos apresentaram uma elevação significativa. Consistentemente, foi o gado muar que teve a maior taxa de crescimento, três vezes e meia, seguido das espécies bovina e suína, duas vezes e meia. Os muares eram utilizados para o transporte de produtos, o bovino e o suíno, para o consumo de carne, leite e couros. O aumento da produção física foi acompanhado pelo aumento do preço médio, traduzindo uma pressão que a procura exercia sobre a oferta, de modo que, mesmo que a produção tenha acompanhado o crescimento populacional na região, a pressão sobre a demanda persistia, no sentido de elevar o preço médio dos animais, e, é sintomático, especialmente, daqueles destinados ao transporte de carga.

Outro indicador importante é o índice de Gini, o qual permite avaliar a concentração da produção de animais. Nota-se que a produção estava bastante difundida em grande parte das unidades produtoras. Apesar do aumento do preço médio das espécies de animais de um período a outro não se observou um processo de concentração significativa deste tipo de produção em algumas poucas unidades.

Se as evidências mostram um crescimento, a pergunta que surge é em que medida estes lavradores podem ser caracterizados como pequenos, médios ou grandes produtores? É possível observar uma estratificação neste grupo? Houve um processo de crescimento de diferenciação entre estes lavradores de um período a outro?

Na tabela 5 abaixo escrutinamos a freqüência de lavradores por estratos de grandeza de produtores onde a variável tamanho das escravarias é levada em consideração, como também os não-proprietários de cativos. Procuramos identificar e analisar as participações de tais estratos no conjunto da riqueza local. Chamamos de 'riqueza bruta' ao somatório de todos os patrimônios brutos da riqueza material das famílias. A palavra *bruta* se refere ao fato de que tais valores não foram decrescidos pela subtração de impostos, dívidas passivas, taxas de funeral, despesas médicas, missas, legados pios, etc.

TABELA 4: PRODUÇÃO E PREÇOS MÉDIOS DE REBANHOS DE VÁRIAS ESPÉCIES ENTRE 1830-51 e 1860-81.

Produção	QUANTIDADE DE ANIMAIS											
	1830 -1851						1860 - 1881					
	Vac	Cav	Muar	Suí	Cab	Ovel	Vac	Cav	Muar	Suí	Cab	Ovel
Mediana	7,5	2	0	0	0	0	7,5	2	0	0	0	0
Média	18	2,6	0,7	10,8	0	1	21,1	2,9	1,3	10,3	0,05	1,6
Totais	530	79	20	324	30	29	2.359	214	84	4.174	115	135
Crescimento (%)	-	-	-	-	-	-	440	270	420	129	380	460
Preço Médio (1)	19,3	5,1	2,3	2,2	-	-	48,1	8,9	8,0	5,7	-	-
Índice de Gini	0,48	0,09	0,0	0,35	-	-	0,60	0,14	0,12	0,48	-	-

Fonte: Inventários Post-Mortem. A.C.P.S.O., Comarca de Araraquara. Macerani, Stella Maria.³⁰ (1) O preço médio foi calculado em libras esterlinas por cabeça e por espécie de gado. Legenda: vac = vacum, cav = cavalari, muar = burro, jumento, mula, suí = porcos, cab = cabrum e ovel = ovelhum.

No primeiro período, os proprietários mais pobres - os não possuidores de cativos -, mas que eram detentores de terras e bens de raiz representavam 63% deste segmento, e, conjuntamente, retiveram 31,3% da riqueza, enquanto que no segundo, retiveram uma porção ainda menor da riqueza social, 10,8%, sendo notável o processo de pauperização deste segmento.

Os pequenos proprietários, i.e., aqueles donos de uma força de trabalho cativa equivalente a um conjunto que variava de 1 a 10 negros, tiveram um crescimento populacional, muito embora tenham declinado em termos de participação na riqueza local. Enquanto a primeira geração abocanhava uma fatia de 46,1% de toda a riqueza, a segunda, com um contingente ainda maior de 44% de pequenos proprietários deteve uma parcela menor equivalente a 12,7% da riqueza. É notável o processo de pauperização sofrido por este grupo em relação aos demais.

Os médios proprietários possuidores de uma força de trabalho que variava de 10 a 19 negros tiveram um comportamento ascendente não só em termos populacionais,

³⁰ Macerani, Stella Maria, **Expansão Agro-pecuária, Lei de Terras e a Crise do Trabalho Servil: Araraquara, 1830-1880**. Araraquara, FCL/UNESP, Iniciação Científica, CNPQ, 2001.

mas também na participação proporcional da riqueza. Se antes este grupo controlava 22,6% dela, depois, passou a fazê-lo na proporção de 36%. Nota-se que houve um processo de enriquecimento deste segmento em relação aos demais.

TABELA 5: TAMANHOS DAS ESCRAVARIAS E A PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS PROPRIETÁRIAS NA RIQUEZA SOCIAL, 1830-1851 e 1860-1881. (Em moeda inglesa)

Tamanhos das escravarias	1º. Período				2º. Período			
	N	%	Valores em Libras Esterlinas	% na riqueza	N	%	Valores em Libras Esterlinas	% na riqueza
≥ 40	0	0	0	0	1	0,02	20.524,06	15,4
20-39	0	0	0	0	2	1,8	33.577,07	25,2
10-19	1	3,4	2.021,49	22,6	12	11	48.062,52	36,0
1-9	10	33	4.126,24	46,1	49	44	16.883,70	12,7
0	19	63	2.803,68	31,3	48	43	14.360,26	10,7
Totais	30	100	8.951,41	100	112	100	133.407,62	100

Fonte: Inventários post-mortem de Araraquara, A.C.P.S.O., Comarca Araraquara.

Legenda: N = quantidade de inventários.

Os proprietários de grandes escravarias (acima de 20 cativos) não se fizeram representar no primeiro período, enquanto no segundo tal segmento muito embora tenha tido uma pequena representação, em torno de 2%, nota-se que abocanhou a parcela nada desprezível de 40,6% de toda a riqueza local.

Araraquara era uma região da província penalizada pelas péssimas estradas, distando-se 379 km do porto de Santos, o que tornava os fretes caros e não competitivos em relação aos produtores próximos do litoral. Num intervalo de meio século, não logrou formar uma quantidade substantiva de unidades agrárias do tipo *plantation*. Entende-se por *plantation* unidades formadas por grandes escravarias, grandes extensões de terras e monocultura voltada para a exportação. Muito embora, três proprietários tenham declarado possuírem mais de vinte cativos, a produção de bens voltada para a exportação era ínfima e descontínua, caracterizando uma produção de açúcar dirigida aos mercados regionais.

Na tabela 6 temos a correlação entre os tamanhos das escravarias e os preços das terras presentes nos inventários cujo objetivo é avaliar o comportamento do valor agregado a terra associado à presença da mão-de-obra cativa. Percebemos que houve uma correlação positiva entre o crescimento da variável quantidade de escravos e preços de terras. Isto significa que os ativos primordiais para a produção de valor - terra e trabalho - tiveram um comportamento consistente, agregando valor a terra, a medida em que a quantidade de braços disponíveis ao trabalho aumentava. Por outro lado, as propriedades menos valorizadas, destinadas ao manejo da mão-de-obra familiar e/ou agregada eram aquelas que tinham menor produção mercantil.

TABELA 6: DISTRIBUIÇÃO DOS PREÇOS DAS PROPRIEDADES DE TERRAS ENTRE OS NÃO-PROPRIETÁRIOS E OS PROPRIETÁRIOS DE PEQUENAS, MÉDIAS E GRANDES ESCRAVARIAS, 1830-1851.

Preços em mil-réis	Não-Proprietários		Pequenos Proprietários		Médios Proprietários		Grandes Proprietários	
	N	%	N	%	N	%	N	%
100 -1.000	9	64	5	83	0	0	0	0
1.001-5.000	5	36	0	0	0	0	0	0
5.001-10.000	0	0	1	17	1	100	0	0
10.001-20.000	0	0	0	0	0	0	0	0
20.001-40.000	0	0	0	0	0	0	0	0
40.001-80.000	0	0	0	0	0	0	0	0
Subtotais	14	100	6	100	1	100	0	0

Fonte: Inventários post-mortem. N = quantidade de inventários (N=21). A.C.P.S.O., Comarca Araraquara

Para efeito de comparação, calculamos o preço médio das terras entre o primeiro e o segundo período. Cada propriedade avaliada no inventário teve seu valor transformado em moeda inglesa, a partir daí, calculamos o preço médio do primeiro período que foi igual a 173,5 libras e do segundo, 425,5 libras. Nota-se que houve um incremento de quase duas vezes e meia no preço médio das propriedades de terras declaradas. Estes resultados corroboram os da pesquisa da professora Ana Maria Martinez Correa quando observou um incremento de 543%, em réis, nos preços relativos das propriedades fundiárias, tomando por ano-base o de 1860 até o estabelecimento da lavoura de café na década de 1890 (Correa, 1967, p. 140). Contudo, não se pode esquecer que a década de 90 foi dominada por uma política altamente inflacionária.³¹

Na tabela 7 que segue abaixo, podemos notar que para o segundo período, a população geral de todos os segmentos de lavradores aumentou. É notável o crescimento da presença de lavradores de porte médio e grande, perfazendo um quinto do total (15 do conjunto de 71 = 21%). Sem sombra de dúvidas foi este seguimento que teve maior participação no significativo aumento da riqueza local. Em estudo anterior, João Fragoso identificou a presença de capitais, em regiões de fronteira, resultantes de acumulação endógena, produto da inserção de comerciantes da praça mercantil do Rio de Janeiro no mercado interno de abastecimento de alimentos.³²

³¹ Gustavo Franco, “A primeira década republicana”, em Marcelo Paiva Abreu (org.), **A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana (1889-1989)**, Rio de Janeiro, Campus, 1990, p. 11-30.

³² João Luís Ribeiro Fragoso, “A Economia Brasileira no Século XIX: mais do que uma *plantation* escravista-exportadora”, em **História Geral do Brasil**, Rio de Janeiro, Campus, 1990, p. 145-196.

TABELA 7: DISTRIBUIÇÃO DOS PREÇOS DAS PROPRIEDADES DE TERRAS ENTRE OS NÃO-PROPRIETÁRIOS E OS DONOS DE PEQUENAS, MÉDIAS E GRANDES ESCRAVARIAS, 1860-1881.

Preços em mil-réis	Não-Proprietários		Pequenos Proprietários		Médios Proprietários		Grandes Proprietários	
	N	%	N	%	N	%	N	%
100 -1.000	19	49	11	65	0	0	0	0
1.001-5.000	16	41	0	0	4	33,3	0	0
5.001-10.000	3	7,7	3	17,7	4	33,3	0	0
10.001-20.000	0	0	2	11,7	2	17,6	0	0
20.001-40.000	1	2,3	1	5,6	2	17,6	2	66,7
40.001-80.000	0	0	0	0	0	0	1	33,3
Subtotais	39	100	17	100	12	100	3	100

Fonte: Inventários post-mortem. N = quantidade de inventários (N=71). A.C.P.S.O, comarca de Araraquara.

Ao apresentarmos a correlação entre preço de terras e tamanho das escravarias durante o segundo período, constata-se um incremento significativo da quantidade total de proprietários ou não-proprietários de cativos por estratos. A distribuição desta população aparece em maior número e se espalha em direção às terras mais valorizadas.

Sem dúvida, o crescimento dos preços das terras foi resultado da incorporação de novas unidades produtivas voltadas aos cultivos alimentares, do aumento da produção animal e da criação de mulas para o transporte de carga no mercado interno regional. Estes indicadores expressam o poder econômico atrativo que esta região possuía em relação à população que produzia alimentos e animais para transporte. Mas, o quê explicaria tal valorização de terras em Araraquara ainda no período escravista e anterior à produção cafeeira? Estaria a população humana crescendo em maior proporção do que a animal? Houve um aumento da procura por gêneros alimentícios para além de sua oferta? Seria plausível interpretar tais evidências como o retrato de uma região constituída por “unidades produtoras caracterizadas pelo autoconsumo”, por uma economia “pífia”, “sem expressividade”? Se ao fator de produção terra estavam sendo agregados valores cada vez maiores, como explicar este processo de valorização a partir dos modelos interpretativos clássicos da história econômica brasileira, os quais tendem a não dar a importância devida ao estudo do setor produtivo voltado ao mercado interno, alegando falta de dinâmica e acumulação endógena?

Na seção abaixo apresentaremos como a população de livres e cativos se estruturou em relação a variáveis como grupo etário, sexo e condição social, tendo como eixo de análise os dois períodos focalizados.

População: composição e movimento

O estudo dos componentes e da dinâmica populacional é um procedimento que possibilita acesso à compreensão de aspectos do comportamento econômico nas sociedades, em especial, das pré-industriais nas quais a tecnologia ainda não estava muito presente e a força de trabalho humana era fator primordial. Estudar a estrutura da população numa determinada região e período significa estudar seus diversos componentes e estabelecer relações entre eles e com a sociedade na qual se insere. Por isso, quantificamos a população presente nesta região nos dois recenseamentos realizados, em 1836 e em 1872. Examinemos as duas tabelas que seguem abaixo.

Em 1836, o município de Araraquara possuía uma população total (livre e cativa) correspondente a 2.764 pessoas, sendo que a livre perfazia 83% e a cativa 17% da população, as quais habitavam 537 domicílios rurais, constituindo uma média de 5,2 habitantes por domicílio, uma das mais baixas do período em relação à província. Para termos uma idéia do que significa tal índice, se consideramos toda a população total de Bananal (livre e cativa), que era um município voltado para a produção de café para exportação, este tinha uma média de 34, Franca, 12, Campinas, 7, e a cidade de São Paulo, seis.³³ Esta grandeza tendia a aumentar na medida em que a participação da população cativa crescia em relação à livre, quando as áreas de *plantations* encontravam-se mais consolidadas, pois o tamanho dos domicílios rurais em sociedades pré-industriais sinalizava a inserção destes em rotas mercantis.

**TABELA 8: POPULAÇÃO POR GRUPOS ETÁRIOS
E CONDIÇÃO SOCIAL, 1836.**

Faixas Etárias	População Livre		População Cativa	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Crianças	428	397	62	57
0 - 10	(34%)	(36%)	(26%)	(34%)
Adultos	703	656	165	103
11 - 50	(57%)	(59%)	(70%)	(62%)
Velhos	118	63	7	6
51 - acima	(9%)	(6%)	(3%)	(4%)
Subtotais	1249	1116	234	165
Razão de masculinidade		112		146
Totais		2365		399
Gerais				

Fonte: Müller (1978)³⁴.

³³ Daniel Pedro Müller, *Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo*, São Paulo, Gov. do Estado de São Paulo, 1978, p. 35-89.

³⁴ Idem, *ibidem*, p. 35-89.

Quase meio século depois, em 1872, a região apresentou 7.128 indivíduos, sendo 5.711 (80%) de pessoas livres e 1.417 (20%) de cativos. Desta vez, não temos informações sobre se houve ou não um aumento médio da população por domicílio rural, contudo, sabemos que a razão de masculinidade entre a população livre caiu de 112 para 106, e entre a cativa, de 142 para 120. Este resultado traduz que a proporção de homens continuou superando a de mulheres, porém, no segundo período, em níveis mais próximos ao do equilíbrio em relação à composição dos sexos, tanto em relação à população livre quanto à cativa, expressando que a região estava se tornando produtora de agricultura de tipo familiar.

Meio século depois da fundação da vila de São Bento de Araraquara a população livre aumentou em 241% e a cativa em 352%, a produção de gado vacum aumentou (veja tabela 5) em 440%, a cavalariça em 270%, a muar em 420%, a suína em 130%, a cabrum em 380% e a ovelhum 460%. Em relação aos preços médios, o gado bovino subiu 250%, o equino 174%, o muar 348% e o suíno 260%. Vemos que a população humana aumentou em média 296% ($241\% + 352\% : 2 = 296\%$). A população animal cresceu em 330% ($440\% + 270\% + 420\% + 130\% + 380\% + 460\% : 6 = 330\%$), enquanto os preços médios cresceram em 258% ($250\% + 174\% + 348\% + 260\% : 4 = 258\%$).

TABELA 9: POPULAÇÃO TOTAL POR GRUPOS ETÁRIOS E CONDIÇÃO SOCIAL, 1872.

Faixas Etárias	Livres		Cativos	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Crianças	943	860	138	116
0 - 10	(32%)	(31%)	(18%)	(18%)
Adultos	1649	1703	565	443
11 - 50	(56%)	(62%)	(71%)	(70%)
Velhos	350	177	64	79
51 - acima	(12%)	(7%)	(8%)	(6%)
Subtotais	2949	2762	767	638
Razão de masculinidade	106		120	
Totais Gerais	5711		1405	

Fonte: Bassanezzi (1998)³⁵

Concluimos que muito embora a população animal tenha crescido mais do que a humana, os preços médios não se mantiveram em níveis do passado, apresentando uma elevação média significativa de 258%, mesmo quando medido em libras esterlinas, e, esta elevação é expressão da dinâmica do mercado interno regional de alimentos e de transporte de carga que esta região, tão esquecida pelos estudos clássicos, propiciou à economia nacional.

³⁵ Idem, 1998.

Considerações finais

Rosane Monteiro concluiu em pesquisa recente que a estrutura fundiária apresentada por Araraquara definiu as causas da expansão cafeeira tímida e gradual. Os impostos sobre o café apontaram que a maior parte da produção cafeeira estava concentrada nas pequenas e médias propriedades³⁶ [...], na última década do século dezenove, quando o cultivo do café tornou-se expressivo. Como podemos perceber acima, Araraquara, continuou, mesmo após a instauração do cultivo do café, na década de 1890, uma região onde predominava os pequenos produtores, do ponto de vista quantitativo.

Dora Isabel Paiva da Costa, pesquisando os registros de terras desta região, encontrou que mais de setenta e três por cento dos declarantes diziam possuir “partes de terras”, enquanto vinte por cento deles, sítios ou fazendas, e menos de dois por cento, sesmarias. Resultado surpreendente foi o relativo às formas de acesso a terra, uma vez que 45% dos declarantes afirmaram ter adquirido terras por compra, enquanto que em Campinas e Ubatuba, regiões de povoamento mais antigo, a proporção foi de 37% e 27%, respectivamente, no mesmo período e no mesmo tipo de documentação.³⁷ Estes indicadores evidenciam que um significativo número de pessoas estava comprando terras em regiões fronteiriças, e, a região de Araraquara representava este papel, nesta época, em maior proporção do que Campinas, onde, por esta ocasião, já havia sido instalada uma potente zona produtora de açúcar e café. Este comportamento intenso de compra de terras traduz o poder atrativo que esta região tinha em relação ao setor interno voltado à produção de alimentos, como também à ação especulativa que buscava produzir reserva de valor em relação à aquisição de terras.

Muito embora a população humana total tenha crescido quase três vezes entre os dois períodos, esta apresentou tendência a um maior equilíbrio entre os sexos, demonstrando que a organização agrária se desenhou no sentido da constituição de uma sociedade dominada por pequenos produtores familiares, fenômeno confirmado pela recente pesquisa de Rosane Monteiro.³⁸

Por outro lado, o rebanho cresceu em maiores proporções do que a população, assim como o preço médio dos animais das unidades produtoras de gado. A valorização das terras se constitui em fenômeno simultâneo ao do processo de povoamento, imigração interna e do recrudescimento da demanda por víveres.

Concluindo, afirmamos que muito embora a população animal tenha crescido mais do que a humana, os preços médios não se mantiveram em níveis do passado, apresentando uma elevação média significativa de 258%, mesmo quando medido em moeda deflacionada, e, este aumento traduz a demanda representada pelo mercado interno regional, tema este tão esquecido pelos estudos clássicos.

³⁶ Rosane Carvalho Messias Monteiro, **O cultivo de café nas bocas de sertão paulista. Mercado Interno e mão-de-obra no período da transição, 1830-1888**, São Paulo, Editora UNESP, 2003.

³⁷ Dora Isabel Paiva da Costa, “Estudo sobre os Registros Paroquiais de Terras dos “Campos de Araraquara”, 1855-66”, Relatório de Pesquisa apresentado ao Departamento de Economia da FCL/UNESP/Araraquara, mimeo, fevereiro de 2004.

³⁸ Idem, 2003, p. 53-82.

Inúmeros agricultores chegaram a esta região como simples lavradores, com pequenos e médios plantéis, como vimos acima, e puderam, com o passar dos anos, incrementar seu nível patrimonial, transformando-se em proprietários de unidades agrícolas, inseridas no circuito regional de alimentos e de transporte de carga.

A ocupação e o povoamento da fronteira à época propiciaram um aumento da riqueza, tendo em vista que, como vimos acima, se integraram aos mercados regionais. Em artigos anteriores, demonstramos como a prática da transmissão de bens aos sucessores através do ciclo de desenvolvimento da família, do ciclo individual de vida e da presença da fronteira aberta flexibilizaram o acesso à herança e romperam com os princípios igualitaristas que a legislação impunha por meio do artifício das legítimas à sucessão, no século XIX.³⁹ A fronteira também propiciou um dinamismo econômico e social tal que possibilitou a transmissão da herança em linhagem matrilinear e patrilinear.⁴⁰

A obsessão de autores preocupados com o processo de modernização da estrutura produtiva no Brasil fez com que se preocupassem sobremaneira com o estudo das áreas de agroexportação, as quais eram vistas como o setor que poderia financiá-lo, assim como suas respectivas classes sociais as quais deveriam protagonizar o processo de transformações políticas no Brasil, deixando o setor interno produtor de alimentos sem a devida atenção e estudos necessários, para que pudéssemos entender o papel que tais segmentos sociais tiveram na construção da multifaceta e plural nação brasileira.

³⁹ Dora Isabel Paiva da Costa, “Formação de Famílias Proprietárias e Redistribuição da Riqueza em área de Fronteira: Campinas, São Paulo, 1795-1850”, **História Econômica & História de Empresas**, Belo Horizonte, v.7, n.2, 2004, p. 7-37.

⁴⁰ Dora Isabel Paiva da Costa, “Revisitando a Sucessão Matrilinear: Povoamento Colonial, Elite Agrária e Família na Primeira Metade do século XIX. Campinas, São Paulo”, **Estudos de História**, v. 12, n. 2, 2005, p. 39-64.